

# Empresas

## LEGISLAÇÃO

IVES GANDRA DA  
SILVA MARTINS



# O protecionismo norte-americano

**A** recaída protecionista dos Estados Unidos com a outorga de uma maior flexibilidade para o presidente da República firmar tratados, mas com notórios ingredientes de ultrapassado protecionismo, lembra a maneira como o Parlamento americano sepultou a Sociedade das Nações, após a 1ª Guerra Mundial, nada obstante o idealismo e a vibração do Presidente Wilson, que a incentivara.

Na verdade, o Congresso daquela nação não autorizou, nas atuais discussões, o chefe do Executivo a assinar tratados, mas apenas a firmar intenções sujeitas à revisão, sempre que entenderem, os congressistas, que salários mais baixos pagos em países emergentes, desvalorizações cambiais e outros fatores inexistentes na mais rica nação do mundo possam dar competitividade às nações menos desenvolvidas, apesar da esmagadora superioridade de tecnologia e recursos da economia americana.

Em outras palavras, bastaria qualquer Sindicato alegar perante o Congresso americano a existência de "dumping putativo" e os tratados americanos se esboroariam no espaço olímpico da insensatez de uma nação que exige a abertura internacional, onde é competitiva, e o arcaico protecionismo onde não o é.

Stiglitz, prêmio Nobel de Economia em 2001, em artigo publicado no "Estado de São Paulo", há um mês, criticava a atuação do FMI, por sugerir aos países desenvolvidos e em recessão, políticas expansionistas, com redução da taxa de juros e flexibilização tributária, enquanto para os países emergentes — assolados pelo mesmo mal e muito mais necessitados — políticas de contenção, através de aumento de juros e da imposição tributária rigorosa objetivando tirar forças à eventual explosão inflacionária.

É interessante que, em Bangkok, no ano 2000, Camdessus declarou, no encontro de países emergentes, que repetidas vezes a política do Fundo para tais nações foi equivocada, sendo sua implantação parte do problema em que hoje vivem.

A Argentina, em rígida política monetária e cambial, festejada pelo FMI, durante anos, vive crise sem precedentes, em parte por ter sido estimulada pelos "experts" do Fundo, enquistados em Washington.

Estou convencido que os americanos e os países desenvolvidos — a União Europeia continua lutando aêticamente pela

manutenção de seus mercados agrícolas fechados ao comércio internacional — apenas endeusaram a globalização da economia, após a eliminação do inimigo soviético, pressionando a colocação de seus produtos competitivos e criando barreiras onde não podem concorrer, com o que, com o que agravaram a crise dos países em desenvolvimento, envolvidos em políticas, na qual a necessidade da estabilidade monetária interna se faz à custa de permanente recessão e da impossibilidade de acessarem os grandes mercados fechados, onde são competitivos. Tal comportamento de duas contraditórias faces cria notório descompasso político e institucional para muitos deles.

Ora, este estado de coisas — que termina por afetar a própria qualidade de vida dos cidadãos dessas nações (com desemprego e baixos salários), assim como a política cambial (flutuação da moeda) necessária para evitar a incineração de divisas — pela nova versão do "Fast Track" americano, poderia ser considerado como fator a justificar a criação de barreiras e distribuição de subsídios "anti-comércio exterior" nos Estados Unidos, sempre que o Parlamento fosse provocado por qualquer Sindicato de setor descompetitivo no mastodôntico vizinho do Norte.

Bem fez o Brasil em acentuar — e o Congresso apoiou o presidente — que com tal tipo de "protecionismo disfarçado", o Brasil não participará da ALCA. Não creio, todavia, que o melhor caminho seja retirar-se das negociações. Deve o governo brasileiro continuá-las, declarando não transigir sobre a necessidade de eliminação das restrições mencionadas no texto aprovado pelo Congresso estadunidense. Desta forma, poderá não assinar o documento final, ficando fora da ALCA e retirando metade do mercado latino-americano do tratado, mas até lá negociará "ad nauseam", buscando vencer as barreiras do aristocrático preconceito de um povo que se considera superior e que continua — e é o que demonstrou o FT aprovado — a exibir um profundo menosprezo pelas nações menos desenvolvidas.

Parece até que não tomaram consciência — apesar dos dolorosos acontecimentos de 11 de setembro, os quais receberam o repúdio mundial — que não são queridos no mundo. E continuam nada fazendo para melhorar sua imagem e seu relacionamento com as outras quase 200 nações que compõem o concerto do planeta.

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito da Universidade Mackenzie, presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária.  
E-mail ivesgandra@gandramartins.adv.br

### A Argentina vive crise sem precedentes